



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Serviço de atualização de versão do software TechSmith Camtasia por 36 meses.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

O software Camtasia é utilizado pelo Tribunal para criação de vídeo-aulas no EAD (ensino a distância) e em projetos institucionais.

O referido software é uma ferramenta de captura e gravação de tela que possui diversas opções para edição e montagem de vídeos, ideal para a criação de tutoriais e apresentações de slides.

Por fim, é necessário manter a plataforma atualizada para dar continuidade tanto aos projetos futuros como aos atualmente em produção.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

Otimização das tarefas relativas à criação e edição de projetos multimídia e EAD, por meio do aplicativo apropriado atualizado, obtendo a continuidade e expansão na agilidade e qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos usuários dessa ferramenta.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"><li>Objetivo estratégico OE5 - Aperfeiçoamento da gestão da informação;</li><li>Objetivo estratégico OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas</li><li>Ação estratégica: Manter parque tecnológico atualizado.</li></ul>
PLS	<ul style="list-style-type: none"><li>Objetivo estratégico: Ampliar a tramitação digital de documentos;</li><li>Ação estratégica: Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.</li></ul>
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"><li>Objetivos estratégicos: Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores e aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário.</li><li>Ações estratégicas: difundir conhecimento em TIC, manter parque tecnológico atualizado.</li></ul>

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Constante do Processo Administrativo Eletrônico n. 48.702/2022.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Serviço de atualização de versão do software TechSmith Camtasia por 36	5 licenças	5 licenças



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	meses.		
--	--------	--	--

A quantidade indicada para aquisição atende a quantidade demandada pela instituição.

### 2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.8. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme especificações técnicas constantes do item 3 deste documento e quantidades estabelecidas na tabela abaixo:

Características do objeto:

Id.	Característica
1	Serviço de atualização de versão do software TechSmith Camtasia por 36 meses. Part Number T08H10F05J05D CM09G-R-3.

### 2.9. Serviços Adicionais

Não há pacotes de serviços adicionais.

### 2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto a ser contratado trata-se de pacote único que contempla o direito de atualização do aplicativo utilizado por este Tribunal, dessa forma, não há condição técnica para o parcelamento do objeto, devendo a adjudicação dar-se por item a favor de um único licitante.

### 2.11. Seleção do Fornecedor

Quando da realização do certame, restará vencedora a empresa que apresentar o menor preço para o objeto descrito no item 2.8.

#### 2.11.1. Critérios de Habilitação

Para a habilitação, o TRESC consultará em sítios eletrônicos específicos, a regularidade da empresa junto:

- a) à Receita Federal do Brasil;
- b) ao FGTS; e
- c) aos Débitos Trabalhistas (CNDT/TST).

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate**

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, sendo aplicáveis ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto n. 7.174/2010.

### **2.12. Modalidade e Tipo de Licitação**

Verifica-se que o objeto pretendido é oferecido por diversos fornecedores no mercado de TIC e apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o serviço é comum, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

### **2.13. Impacto Ambiental**

Não se aplica a esta contratação.

### **2.14. Conformidade Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

### **2.15. Obrigações da Proponente**

Apresentar proposta compatível com este Projeto Básico.

### **2.16. Obrigações da Contratante**

O TRE-SC deverá receber o objeto entregue pela contratada, bem como realizar o pagamento no prazo fixado neste Projeto Básico e no Edital.

### **2.17. Obrigações da Contratada**

1. Fornecer o objeto no prazo e demais condições estipuladas na proposta;
2. Entregar os produtos no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do Contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, na Central de Serviços de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, em horário compreendido entre 13 e 19 horas, ou por meio do endereço eletrônico [admsuporte@tre-sc.jus.br](mailto:admsuporte@tre-sc.jus.br) com as devidas chaves e senhas para realização do *download*, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
3. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos; se constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC;
4. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem 2.17.3 não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
5. Em caso de substituição dos produtos conforme previsto no subitem 2.17.3, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;
7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **2.18. Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3. Especificação Técnica Detalhada**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 3.1. Requisitos Técnicos

Serviço de atualização de versão do software TechSmith Camtasia por 36 (trinta e seis) meses para 5 (cinco) licenças do software TechSmith Camtasia, Part Number T08H10F05J05D CM09G-R-3.

#### 3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

*TechSmith Camtasia-22 3 Year Maintenance Renewal Government/Non-Profit (Part Number T08H10F05J05D CM09G-R-3)*

#### 3.1.2. Códigos SIASG

27.502

#### 3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o término da vigência da subscrição do software, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

A data de início da contagem do período da subscrição dar-se-á a partir da sua ativação.

### 3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 04 de novembro de 2022.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao titular da Seção de Gestão de Serviços de TI do TRE-SC, ou seu substituto, a função de Gestor do Contrato, sendo responsável por gerir a execução contratual, ficando a critério da Administração a composição de equipe de fiscais (demandante, técnico e administrativo) responsáveis por fiscalizar a execução contratual, consoante às atribuições regulamentares constantes da Res. CNJ n. 182/2013. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A Seção de Gestão de Serviços de TI do TRE-SC acompanhará a execução contratual, fazendo anotações que forem pertinentes, comunicando à contratada, bem como realizará o recebimento do objeto contratado.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do Contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, na Central de Serviços de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, em horário compreendido entre as 13 e 19 horas, ou por meio do endereço eletrônico [admsuporte@tre-sc.jus.br](mailto:admsuporte@tre-sc.jus.br) com as devidas chaves e senhas para realização do *download*, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

#### 1.3. Instrumentos Formais

O ajuste será firmado por meio de termo contratual.

#### 1.4. Prazos de Garantia

A responsável pela garantia é a empresa TechSmith (<https://www.techsmith.com/>), fabricante do produto, por meio de canal de suporte. Ainda, por meio dos respectivos revendedores autorizados (<https://www.techsmith.com/application/salescontact/resellers>).

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

A Gestão do Contrato manterá contato com a Contratada por meio de comunicações registradas em e-mails compartilhados entre as partes e, sempre que necessário, contatos telefônicos.

#### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

#### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **1.8. Transferência de Conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.9. Direitos Autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.10. Qualificação Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades**

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.